



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

224

Recurso de agravo nº 192554-0/01 - Comarca do Recife
Agravantes: Maria Bernadete Oliveira dos Santos e outros.
Agravado: Estado de Pernambuco.

5510

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. VBR. LEI ESTADUAL Nº 11.216/95. VALOR INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. INTEGRATIVO IMPROVIDO. 1. Não obstante os precedentes deste Sodalício em sentido contrário, tanto o STF, quanto o STJ, firmaram posição definitiva no sentido de que a garantia do salário mínimo, prevista o art. 7º, IV, da CF, de aplicação obrigatória aos servidores públicos, na linha do art. 39, § 2º, da CF, deve ser entendida como alusiva ao total dos vencimentos, não à base salarial, no caso concreto o soldo dos militares estaduais embargantes, inclusive sob pena de afrontar o enunciado da Súmula Vinculante nº 4 do STF. 2. Jurisprudência hierarquicamente superior predominante. 3. Integrativo à unanimidade improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de agravo nº 192554-0/01, acima referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, dos votos e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 20 de janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 192554-0/01 - Comarca do Recife
Agravantes: Maria Bernadete Oliveira dos Santos e outros.
Agravado: Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo diante de decisão terminativa de minha lavra que deu provimento ao reexame necessário e declarou prejudicado o apelo, reformando sentença que julgou procedente a ação ordinária de origem, condenando o Estado apelante a pagar aos apelados as diferenças salariais reclamadas, referentes aos seus respectivos VBR's (Vencimentos Básicos de Referência), nos termos da Lei Estadual nº 11.216/95, ou seja, respeitado o valor do salário mínimo de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), com as repercussões de direito, no período de outubro de 1997 a julho de 2001, incidindo juros legais de 6% (seis por cento) ao mês e correção monetária unificada, além das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do montante devido, com inversão do ônus sucumbencial.

Em suas razões recursais, os agravantes citam precedentes deste Sodalício em sentido contrário aos termos do julgado agravado, pugnando, ao final, pela integração reformadora por parte do colegiado competente.

Autos conclusos.

É o relatório.

VOTO

Não obstante os precedentes deste Sodalício mencionados nas razões recursais deste agravo, posteriormente tanto o STF, quanto o STJ, conforme já especificado, firmaram posição definitiva no sentido de que a garantia do salário mínimo, prevista o art. 7º, IV, da CF, de aplicação obrigatória aos servidores públicos, na linha do art. 39, § 2º, da CF, deve ser entendida como alusiva ao total dos vencimentos, não à base salarial, no caso concreto o soldo dos militares estaduais apelados, inclusive sob pena de afrontar o enunciado da Súmula Vinculante nº 4 do STF.

No sentido posto, confirmam-se os arestos adiante ementados do STJ, com referência a precedente do STF relativo a caso idêntico ao que nesta sede se revisa:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SOLDOS NUNCA INFERIORES AO SALÁRIO MÍNIMO. CF, ARTS. 7º, IV E VIII, E 39, § 2º. 1. A remissão prevista na CF, art. 39, § 2º, restringe-se aos servidores públicos civis da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, sendo certo que os militares dos Estados e do DF (membros da Polícia Militar e do

226
29

Corpo de Bombeiros) têm seus direitos previstos em outro dispositivo constitucional (art. 42), e que não faz qualquer menção ao piso remuneratório de 01 (um) salário mínimo. 2. Ainda que não fosse, o STF tem declarado a inconstitucionalidade de normas estaduais que expressamente fazem essa previsão, em favor dos servidores militares, de soldo nunca inferior ao salário mínimo nacionalmente unificado. Ofensa à parte final do art. 7º, IV, da CF, que proíbe a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, 'uma vez que, sendo o soldo apenas uma parcela da remuneração total dos servidores militares, as demais que compõem essa remuneração e que incidem sobre o soldo, estariam vinculadas ao salário mínimo' (RE nº 248.316-8/RS, rel. Min. Moreira Alves, DJ 07/04/2000). 3. Embargos acolhidos com efeito modificativo, a fim de negar provimento ao Recurso Ordinário (STJ, ED no RMS nº 11863/PE, T5, rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 13/08/2001).

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. MILITARES ESTADUAIS MILITARES. SOLDOS. PARCELA BÁSICA DA REMUNERAÇÃO. SUPERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. NORMA CONSTITUCIONAL QUE IMPOSSIBILITA A VINCULAÇÃO. ART. 7º, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECURSO DESPROVIDO. 1. O soldo percebido pelos Servidores Militares do Estado de Pernambuco compõe parcela básica da remuneração líquida total, cujo valor é superior ao salário mínimo. 2. De qualquer sorte, a pretensão de vincular a referida parcela ao salário mínimo, esbarra na proibição da parte final do inciso IV do art. 7º da Constituição Federal. 3. Precedentes desta Corte: RMS 10.693/MS, Rel. Ministro Edson Vidigal, DJ de 05/03/2001; RMS 14.404/PE, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ de 11/11/2002 e RMS nº 14.341/PE, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 19/12/2003). 4. A matéria concernente à percepção do abono de que trata o art. 17 da Lei estadual nº 11.216/95, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, razão pela qual o seu exame por esta Corte Superior implicaria em vedada supressão de Instância. 5. Recurso ordinário desprovido (STJ, RMS 14332/PE, T5, rel Min. Laurita Vaz, DJ de 05/04/2004).

Desse modo, nego provimento ao presente recurso de agravo.
É como voto.

Recife, 20 de janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator